



A LEI MARIA DA PENHA E AS POLITICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: AVANÇOS E DESAFIOS

Ana Paula Regus Schuster¹, Ana Rita Costa Coutinho, Geovana Gasparotto, Maria Inês Nunes Barcelos, Pedro de Souza Costa Boeira, Monique Vieira, Renato de Oliveira Teixeira, Patrícia Krieger Grossi¹ (orientadora) PROBITI-FAPERGS

¹Faculdade de Serviço Social, PUCRS, ² Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência,

Resumo

A violência contra a mulher atinge milhares de brasileiras, independente de idade, etnia e classe social, além da maioria dos casos ocorrerem dentro do próprio lar, tendo o cônjuge/companheiro, como o agressor. Estima-se, que a cada 15 segundos uma mulher é violentada no País. Como resposta a esta situação, o Brasil vive um tempo de afirmação das políticas públicas. Como resultado, observa-se diferentes estratégias para a erradicação da violência doméstica contra a mulher. A presente pesquisa tem por objetivo principal verificar os avanços da lei Maria da Penha na implementação das políticas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere à violência doméstica e familiar praticada contra a mulher e apontar os demais desafios da implementação e do acesso à Lei. Enfrentar a violência contra as mulheres requer convicção de que para superá-la é preciso investir no desenvolvimento de políticas que reduzam a desigualdade entre homens e mulheres. O estudo tem o caráter exploratório e descritivo e uma abordagem qualitativa baseada no referencial epistemológico dialético-crítico. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo com recorte temático com base em Bardin (1977). Os sujeitos da pesquisa foram coordenadores e profissionais vinculados à rede de proteção à mulher, mulheres em situação de violência doméstica em 13 municípios do RS. Entre os avanços identificados estão a Patrulha Maria da Penha e os desafios consistem em desnaturalizar a violência, ampliar e fortalecer a rede de atendimento à mulher no RS que atualmente é composta de 12 casas-abrigos, 21 Centros de Referência e 16 Delegacias de Mulheres, entre outros. Concluímos preliminarmente que existe uma fragilização na rede de

atendimento e a necessidade da articulação intersetorial das políticas públicas na perspectiva de gênero. Como produtos da pesquisa, temos animações gráficas elaboradas a partir do programa PIVO STICKFIGURE ANIMATOR e uma cartilha informativa retratando os diferentes tipos de violência doméstica e estratégias de prevenção.